Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

DELIBERAÇÃO AC00 - 3179/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/18124/2017
PROTOCOLO	: 1839829
TIPO DE PROCESSO	: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE JARAGUARI
JURISDICIONADOS	: VAGNER GOMES VILELA E EDSON RODRIGUES NOGUEIRA
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

EMENTA: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – SISTEMA INFORMATIZADO – REMESSA ELETRÔNICA – DADOS, INFORMAÇÕES OU DOCUMENTOS – REMESSA INTEMPESTIVA – MULTA – DETERMINAÇÃO – RECOMENDAÇÃO.

A remessa eletrônica de dados, informações ou documentos, via sistema informatizado do Tribunal, de maneira intempestiva, configura prática de infração, ensejando aplicação de multa ao responsável e ao gestor sucessor, conforme norma legal, e recomendação ao atual gestor.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 29ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 13 de novembro de 2018, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela aplicação de **multa**, em razão da intempestividade da remessa da prestação de Contas de Gestão - exercício de 2016 - do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari/MS, no valor total correspondente a **60 (sessenta) UFERMS,** sendo, **30 (trinta) UFERMS, em desfavor do Senhor Vagner Gomes Vilela,** Prefeito Municipal de Jaraguari/MS à época, **e 30 (trinta) UFERMS, em desfavor do Senhor Edson Rodrigues Nogueira,** atual Prefeito Municipal; determinando que os Ordenadores identificados recolham a multa em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação desta decisão, e no mesmo prazo compareçam nesta Corte de Contas com a comprovação, sob pena de ajuizamento da cobrança; com **recomendação** ao atual Gestor que observe com maior rigor as normas legais atinentes à remessa de documentos obrigatórios, evitando que problemas como os apontados nestes autos se repitam.

Campo Grande, 13 de novembro de 2018.

Conselheiro **Ronaldo Chadid** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

Instaurou-se o presente processo em decorrência da Comunicação Interna n. 126/2017, oriunda da Diretoria Geral, dando conta de que o município de Jaraguari/MS, não enviou no prazo, as Contas de Gestão do **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE JARAGUARI/MS**, exercício 2016, ao Sistema e-Contas – f. 11, sob responsabilidade do Senhor **Vagner Gomes Vilela**, Prefeito Municipal.

Os autos foram encaminhados à 5ª Inspetoria de Controle Externo, que proferiu a Análise n. 37330/2017, na qual destaca quanto à obrigatoriedade do envio dos referidos arquivos eletrônicos, consoante disciplinado no art. 29 da Resolução TCE/MS n. 54/2016, cujo Anexo III, fixou o prazo para 31 de março de 2017.

Que em consulta ao sistema e-TCE, apurou que houve até aquele momento não foram encaminhadas as contas (04/09/2017), e que o jurisdicionado poderá sofrer as sanções previstas na Lei Complementar n. 160/2012.

O Ministério Público de Contas, através do despacho de f. 16/17, requereu a intimação do Ordenador de Despesas para que encaminhasse as mencionadas Contas, o que entendi por deferir e determinei consoante despacho de f. 18/19, chamando não só o Prefeito responsável à época, como o atual.

Regularmente intimados – f. 20/21; 23e 25 -, compareceu o atual Prefeito, Edson Rodrigues Nogueira – f. 30/31 -, demonstrando que procedeu à remessa das Contas em 30 de outubro de 2017, e que ante o não comparecimento do ex-prefeito, foi decretada sua revelia nos termos do despacho de f. 33.

Determinei a remessa dos autos ao Ministério Público de Contas que proferiu o Parecer n. 16447/2018, no qual, após relatar a tramitação processual, afirma que ante a remessa desatempada dos documentos, o Gestor está sujeito as sanções prescritas no art. 50, *caput* e inciso II, da Resolução TCE/MS n. 54/2016, opinando pela aplicação da multa correspondente ao Gestor sucessor, que respondeu à intimação, com recomendação.

É o relatório.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

Consoante ressabido, as remessas obrigatórias de documentos, dados ou informações solicitadas por esta Corte de Contas aos Órgãos Jurisdicionados devem ser atendidas no prazo fixado.

No caso dos autos o Prefeito Municipal de Jaraguari/MS, à época, Senhor **Vagner Gomes Vilela**, bem como o atual Prefeito, Senhor **Edson Rodrigues**

Nogueira, não enviaram as Contas de Gestão - exercício de 2016, do **Fundo Municipal de Manutenção e Meio Ambiente de Jaraguari/MS,** no prazo estabelecido pelo artigo 50, inciso II da Resolução TC/MS nº 054/2016 e § 2º do art. 31 da Resolução TCE/MS nº 49/2016, que fixou como data limite para remessa o dia 31 de março de 2017, conforme atestado pela 5ª Inspetoria em sua análise de f. 15, e diante do requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas às f. 16/17, determinei a intimação, tanto do ex-prefeito como do atual oportunizando a remessa, que foi efetivada pelo atual, sendo possível observar pela resposta e documentos de f. 30/31, que em 30 de outubro de 2017, houve o encaminhamento pelo sistema e-Contas.

Em seu parecer de f. 35/38, o Ministério Público de Contas opinou que, ante a remessa intempestiva dos documentos, fosse aplicada multa a atual gestor, fundamentando no art. 50, *caput* e inciso II, da Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Observo que efetivamente os documentos foram encaminhados claramente fora do prazo estabelecido no artigo 50, inciso II da Resolução TC/MS nº 054/2016 e § 2º do art. 31 da Resolução TCE/MS nº 49/2016, e a intempestividade atrai a aplicação da multa máxima prevista no art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012, considerando ter decorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo limite de remessa, que era 31/03/2017 e só houve o encaminhamento em 30 de outubro de 2017.

DISPOSITIVO

Assim, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **VOTO:**

I - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** prevista no art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012, em razão da intempestividade da remessa da prestação de Contas de Gestão - exercício de 2016 - do **Fundo Municipal de Meio Ambiente de Jaraguari/MS,** no valor total correspondente a **60 (sessenta) UFERMS**, sendo:

1.1 30 (trinta) UFERMS, em desfavor do Senhor Vagner Gomes Vilela, CPF 51766213120, Prefeito Municipal de Jaraguari/MS à época, e

1.2 30 (trinta) UFERMS em desfavor do Senhor Edson Rodrigues Nogueira, CPF 28632060104, atual Prefeito Municipal;

II – Pela **DETERMINAÇÃO** a que os Ordenadores identificados no item anterior, recolham a multa em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), **no prazo de 30 (trinta) dias,** a contar da intimação desta decisão, nos termos do art. 83 da LC 160/2012, c/c o disposto no art. 172, § 1º, incs. I e II, do Regimento Interno, e no mesmo prazo compareçam nesta Corte de Contas com a comprovação, sob pena de ajuizamento da cobrança;

III - Pela **RECOMENDAÇÃO** ao atual Gestor que observe com maior rigor as normas legais atinentes à remessa de documentos obrigatórios, evitando que problemas como os apontados nestes autos se repitam.

IV – Pela **INTIMAÇÃO** dos interessados quanto aos termos da presente decisão nos moldes prescritos no art. 50, I, da Lei Complementar n. 160/2012, bem como que para efetuarem o pagamento da multa, acessar o link www.tce.ms.gov.br/multas.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, em aplicar multa em razão da infração administrativa, com determinação e recomendação ao gestor.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Iran Coelho das Neves, Osmar Domingues Jeronymo, Jerson Domingos, Marcio Campos Monteiro e Flávio Esgaib Kayatt.

Presente o Exmo. Sr. Procurador Geral de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 13 de novembro de 2018.

Conselheiro **RONALDO CHADID**
Relator

GAB.TWA
SETAC.KGG